

DIMENSÕES SOCIOECONÔMICAS E SOCIOECOLÓGICAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO JACAREQUARA: SUSTENTABILIDADE, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA NO NORDESTE PARAENSE

SOCIOECONOMIC AND SOCIOECOLOGICAL DIMENSIONS OF THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF JACAREQUARA: SUSTAINABILITY, CULTURAL IDENTITY, AND RESISTANCE IN NORTHEASTERN PARÁ

Manoel Fagno Aviz¹
Isaiás Ramos dos Santos²
Dídac Santos-Fita³

Área Temática 01: **Desenvolvimento Rural Sustentável, Dinâmica Territoriais e Conhecimentos Tradicionais**

Modalidade: Artigo Científico

Resumo

Este artigo analisa as inter-relações entre identidade, economia e meio ambiente na comunidade quilombola do Jacarequara, situada no município de Santa Luzia do Pará, na Amazônia Oriental. A pesquisa parte do reconhecimento da importância dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, especialmente em contextos amazônicos, onde os modos de vida de populações tradicionais revelam formas singulares de uso e manejo dos recursos naturais. A investigação adotou uma abordagem quali-quantitativa, fundamentada em observação participante auxiliada por entrevistas semiestruturadas e abertas, realizada com moradores da comunidade. Os dados indicam que as práticas produtivas locais, incluindo o extrativismo faunístico e vegetal, estão profundamente enraizadas em sistemas de conhecimento tradicional e em dinâmicas sociais e econômicas marcadas por redes de solidariedade, relações de gênero e estratégias de subsistência. Constatou-se que essas práticas não apenas asseguram a reprodução material e simbólica da comunidade, como também contribuem para a conservação ambiental e a soberania e segurança alimentar. As conclusões apontam para a necessidade de políticas públicas sensíveis à complexidade socioecológica dessas comunidades, que promovam o desenvolvimento rural sustentável a partir da valorização dos saberes locais e da sociobiodiversidade amazônica.

Palavras-Chave: Comunidades Quilombolas, Conhecimento Tradicional, Sistemas socioecológicos, Sociobiodiversidade

Abstract

This article analyzes the interrelations between identity, economy, and the environment in the quilombola community of Jacarequara, located in the municipality of Santa Luzia do Pará, Eastern Amazon. The research acknowledges the significance of traditional knowledge associated with biodiversity, particularly in Amazonian contexts, where traditional ways of life reveal unique practices of resource use and management. A quali-quantitative approach was adopted, based on semi-structured and open interviews, as well as participant observation conducted with community members. The data show that local productive practices, including animal and plant extractivism, are deeply rooted in traditional knowledge systems and social dynamics marked by solidarity networks, gender relations, and

¹ Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará; fagno08@gmail.com

² Bacharelado em Agronomia, Instituto Federal do Pará – Campus Castanhal; isaiaqramos.agroifpa@gmail.com

³ Sociedad Latinoamericana de Etnobiología (SOLAE); dsantofi@gmail.com

subsistence strategies. These practices not only ensure the material and symbolic reproduction of the community but also contribute to environmental conservation and food sovereignty. The conclusions highlight the need for public policies that are sensitive to the socioecological complexity of such communities and that promote sustainable rural development through the appreciation of local knowledge and Amazonian socio-biodiversity.

Key words: Quilombola Communities, Traditional knowledge, Socioecological systems, Sociobiodiversity

1. Introdução

A construção de políticas públicas voltadas às comunidades tradicionais na Amazônia exige o reconhecimento das inter-relações entre identidade, ambiente e práticas produtivas. No caso das comunidades quilombolas, essas conexões se ancoram em saberes ecológicos tradicionais e territorialidades próprias que articulam pertencimento, resistência e manejo coletivo dos recursos naturais (CASTRO, 1997; DIEGUES, 2019).

A região entre os rios Caeté e Turiaçu, especialmente o Nordeste Paraense, constitui uma antiga fronteira de ocupação e resistência na Amazônia, marcada pela presença histórica de indígenas, caboclos, ribeirinhos e quilombolas (CORDEIRO; ARBAGE; SCHWARTZ, 2017; GOMES; SCHWARCZ, 2018). No município de Santa Luzia do Pará, destacam-se formas socioprodutivas enraizadas no uso coletivo da terra e na diversidade ecológica local (AVIZ; SANTOS-FITA, 2023; FARIAS, 2018; MOTA et al., 2024).

A Amazônia, portanto, não é apenas um bioma de alta biodiversidade, mas também um território de intensa diversidade cultural e epistemológica. Territórios tradicionais configuram sistemas socioecológicos complexos, cuja sustentabilidade repousa em práticas comunitárias de manejo e em cosmovisões que valorizam o bem comum (DIEGUES, 2019; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

No contexto quilombola, como na comunidade de Jacarequara, essas práticas combinam agricultura familiar, extrativismo e redes de reciprocidade. A produção de mandioca (*Manihot esculenta*), milho (*Zea mays*) e feijão (*Vigna sp.*) se articulam com a pesca, coleta de frutos e outras atividades, moldando uma economia plural e relacional (SCHMITZ, 2007). Esses modos de vida reforçam o pertencimento ao território, não apenas como espaço físico, mas como referência simbólica, espiritual e ecológica (LITTLE, 2002).

O conhecimento tradicional, nesse sentido, não é estático. Trata-se de uma construção ativa e situada, que se reinventa diante das pressões históricas e dos projetos de modernização excludente (CASTRO, 1997; FOWLER; LEPOFSKY, 2011). A identidade quilombola emerge

como prática política cotidiana, sustentada pela memória coletiva, pela resistência territorial e pela valorização da sociobiodiversidade (O'DWYER, 2002; SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002).

Entretanto, o avanço da fronteira agroexportadora — por meio da pecuária extensiva e da dendeicultura — impõe ameaças significativas aos territórios quilombolas, aprofundando desigualdades e impactando ecossistemas e modos de vida (BARBOSA et al., 2011; MEIRELLES FILHO, 2014). No Pará, esses processos se intensificam diante de projetos desenvolvimentistas que negligenciam as dimensões socioculturais locais.

Diante desse cenário, este artigo analisa as articulações entre dimensões socioeconômicas, ecológicas e culturais na comunidade quilombola do Jacarequara, visando compreender como práticas tradicionais de manejo sustentam formas locais de reprodução social e podem subsidiar políticas públicas voltadas à justiça socioambiental, à valorização da diversidade e ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia Oriental.

2. Metodologia

Esta pesquisa foi desenvolvida na comunidade quilombola do Jacarequara, localizada na zona rural do município de Santa Luzia do Pará, Nordeste Paraense, Amazônia Oriental (Figura 01). Trata-se de uma comunidade reconhecida como remanescente de quilombo, com histórico de ocupação tradicional e forte relação com o território, situado entre áreas de várzea e terra firme, às margens do rio Guamá (FARIAS, 2018). Almeida (2013), ao correlacionar fontes históricas e relatos da história oral, indica que a origem da comunidade remonta às primeiras décadas do século XIX, estando associada a eventos históricos significativos, como a Revolta da Cabanagem.

O Território Quilombola do Jacarequara (1°36'21.5"S, 46°58'39.5"O) está situado na margem direita do rio Guamá, a jusante, na bacia hidrográfica do Médio Guamá Leste. Além desse rio, os demais recursos hídricos são os igarapés Jacarequarazinho e Jacarequara Grande, pequenos lagos naturais e açudes. Além das características biofísicas, a comunidade enfrenta desafios estruturais, como o acesso limitado à água potável, saneamento básico e transporte. A oferta educacional é limitada a uma única escola municipal de ensino fundamental menor, e a assistência à saúde se restringe à atuação de um Agente Comunitário de Saúde (ACS), o que frequentemente demanda deslocamentos até a sede municipal para atendimentos básicos. Além

disso, as estradas vicinais que conectam a comunidade à cidade apresentam condições precárias, agravadas especialmente durante o período chuvoso (AVIZ, 2022).

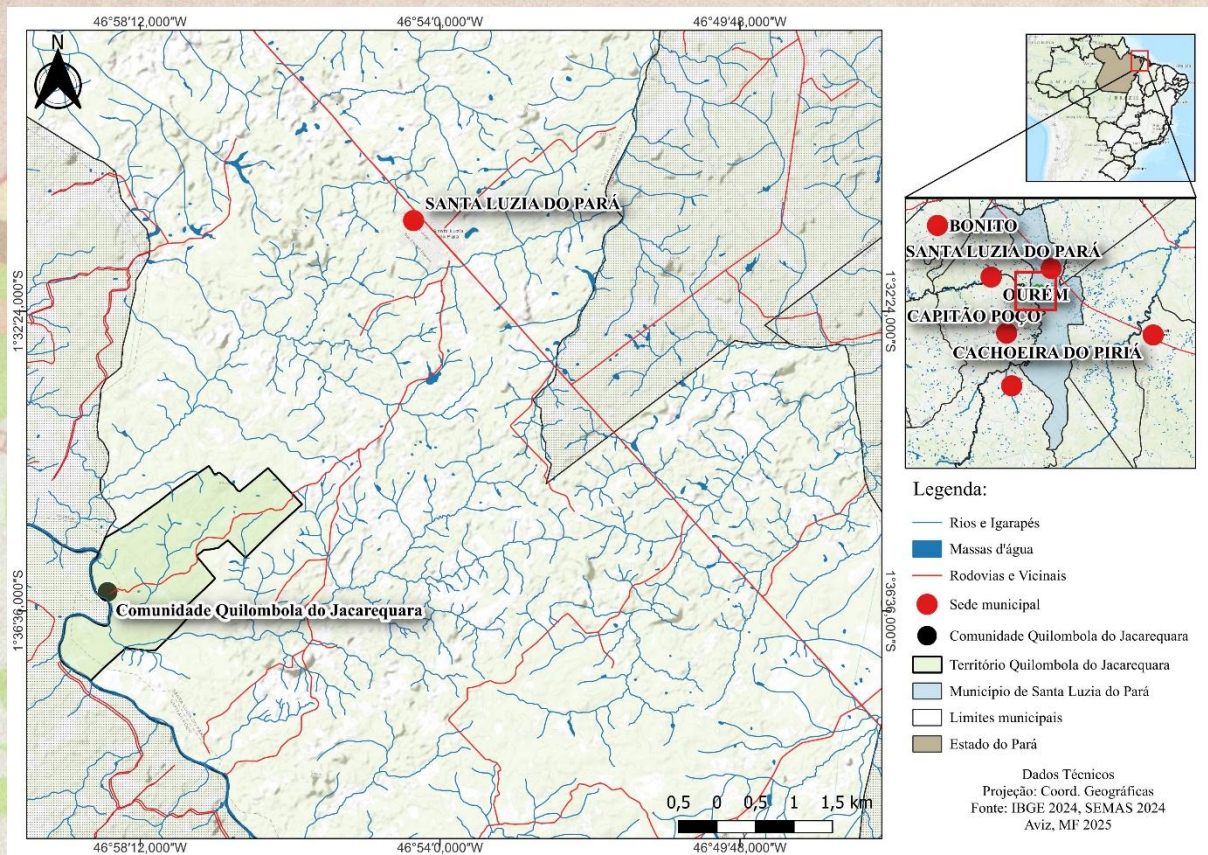


Figura 1 – Localização da comunidade quilombola do Jacarequara, no município de Santa Luzia do Pará, Pará.

O objeto de estudo da pesquisa compreendeu o perfil sociodemográfico da comunidade, bem como as práticas e formas de uso dos recursos naturais. A abordagem metodológica adotada foi de caráter quali-quantitativo, com fundamentos interdisciplinares ancorados na etnoecologia e nas ciências ambientais. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada, a entrevista aberta e a observação participante, com o objetivo de captar a complexidade das relações entre cultura, território e biodiversidade (ALBUQUERQUE et al., 2019; MICHELAT, 1982).

O universo da pesquisa foi composto por moradores adultos da comunidade com diferentes perfis de idade, gênero e ocupação, com destaque para aqueles reconhecidos

localmente como detentores de conhecimentos tradicionais sobre alimentação e uso de recursos naturais. A seleção dos participantes foi realizada por meio do método bola de neve (ALBUQUERQUE; LUCENA, 2004), a partir de indicações sucessivas de interlocutores-chave, até a saturação dos dados, buscando assegurar a representatividade da diversidade de saberes locais. Ao todo, foram realizadas 48 entrevistas gravadas, além de registros em diário de campo e registros fotográficos, todos realizados com autorização prévia da Associação Quilombola Vida Para Sempre Jacarequara (AVPS), instância representativa da comunidade, por meio de Termo de Anuência Prévia.

Os materiais utilizados incluíram caderno de campo, gravador digital e câmera fotográfica de *smartphone*. As visitas de campo ocorreram nos meses de fevereiro, agosto e novembro de 2020, contemplando diferentes períodos do ano. Os dados coletados foram organizados e analisados com base na técnica de análise de conteúdo temática (BARDIN, 1977), a partir da categorização dos sentidos emergentes das falas dos entrevistados e das observações registradas em campo. As categorias analíticas foram construídas à luz de referenciais sobre conhecimento ecológico tradicional, socioeconomia da sociobiodiversidade e relações entre cultura e natureza. Os dados sociodemográficos foram sistematizados em planilhas eletrônicas e analisados por meio de estatísticas descritivas, permitindo identificar padrões de composição familiar, tempo de residência, escolaridade, origem dos moradores e fontes de renda. Essa sistematização forneceu subsídios para a compreensão dos fatores contextuais que moldam a organização social, produtiva e ecológica da comunidade.

3. Resultados/Discussões

Os resultados da pesquisa de campo realizada na Comunidade Quilombola do Jacarequara estão elencados e aglutinados em categorias que nos permitem compreender as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais que estruturam o cotidiano da comunidade.

Perfil socioeconômico da comunidade

O Território Quilombola do Jacarequara possui uma população total de 273 pessoas e 78 domicílios particulares permanentes ocupados (IBGE, 2022). A pesquisa entrevistou 48 pessoas pertencentes a 40 unidades familiares (58,6% da comunidade). Entre os entrevistados houve predominância de pessoas do sexo masculino (69%). A maioria dos participantes (81%)

informou ser nativo da comunidade, o que reforça a coesão sociocultural e enraizamento territorial, favorecendo a transmissão de saberes e experiências associados às práticas agrícolas e extrativistas (ANDRADE, 2003; BRITO; COSTA, 2019; SENA et al., 2021).

As comunidades tradicionais não funcionam como sistemas socioecológicos isolados, pois há interação não apenas com a dinâmica ecológica do mundo natural, mas também com outros atores sociais da região (ANDRADE, 2003; SANTILLI, 2006). No Jacarequara, essa troca se dá com localidades como as aldeias na Terra Indígena Alto Rio Guamá e a Comunidade Quilombola de Muruteuazinho, ambos no município de Santa Luzia do Pará, além da vila de Igarapé-Açu, município de Capitão Poço, mais diretamente relacionada com Jacarequara. Tais relações resultam em uma ancestralidade afro-indígena, que para além de características fenotípicas dos moradores, está refletida nos saberes, nas práticas agrícolas e extrativistas e nas atividades cotidianas coletivas e com o meio natural (ALMEIDA, 2013; FARIAS, 2018).

Tabela 1 – Faixa etária, estado civil e escolaridade dos entrevistados na comunidade do Jacarequara.

Indicador	Valor absoluto (n)	Frequência relativa (%)
Faixa etária (anos)		
21 a 30	10	21
31 a 40	13	27
41 a 50	07	15
51 a 60	09	19
>60	09	18
Estado civil		
Solteiro	04	8
Casado	15	31
Divorciado	01	2
União Informal	20	42
Viúvo	08	17
Escolaridade		
Não estudou	06	13
Alfabetização	01	2
E. fundamental completo	01	2
E. fundamental incompleto	34	71
E. médio completo	01	2
E. médio incompleto	04	8
Ensino superior	01	2

Essa ancestralidade compartilhada, somada ao tempo de permanência dos moradores na comunidade, permite compreender aspectos geracionais importantes para a análise da estrutura populacional. Nesta pesquisa, a idade variou de 21 a 86 anos, o tempo de moradia médio foi de

38,8 anos, sendo o mínimo de 2 anos e o máximo 86 anos. Constatamos que a faixa etária predominante entre os entrevistados foi de 31 a 40 anos (27%), enquanto a menos representada foi a de 41 a 50 anos (15%) (Tabela 1). Esse padrão etário, também identificado por Fonseca et al. (2024) e em outras comunidades quilombolas (SANTOS; CLAUDINO, 2020; SENA et al., 2021), indica a presença significativa de adultos em idade produtiva, especialmente jovens entre 21 e 30 anos (21%). Segundo Brito e Costa (2019), a predominância de indivíduos entre 21 e 40 anos, com maioria masculina (83%), sugere um maior envolvimento da população economicamente ativa, em especial jovens, nas atividades agrícolas e extrativistas (vegetal ou animal), evidenciando sua participação ativa na dinâmica produtiva e um possível processo de renovação da mão de obra.

O estado civil e a estrutura familiar – expressa pelo número de moradores por domicílio e de filhos por unidade – revelam padrões reprodutivos e de permanência geracional e do tecido social comunitário. Cerca de 73% dos colaboradores têm algum vínculo conjugal. Conforme a Tabela 1, predominaram uniões informais (42%), sobretudo entre indivíduos de 21 a 30 anos. Os indivíduos casados (31%) predominaram nas faixas etárias de 51 a 60 anos, enquanto o status de viúvo (17%) foi majoritário entre indivíduos acima de 60 anos. Já a média de moradores por domicílio foi de 3,6 pessoas, com variação entre 1 e 11 residentes. A prole informada variou de nenhum a nove filhos, uma média de 3,2 filhos por família, com 63% dos descendentes ainda residindo na comunidade, o que sugere um nível significativo de permanência evidenciado pela presença de grupos familiares proximamente relacionados. Brito e Costa (2019) constata que famílias com filhos em idade de maior dependência socioeconômica têm, nas atividades agrícolas e extrativistas, sua principal forma de subsistência.

A dimensão educacional, por sua vez, está intrinsecamente relacionada às condições de vida no campo e à inserção dos sujeitos nos sistemas produtivos locais. Nessa âmbito, 88% declarou ter frequentado a escola, desse quantitativo, 71% possuíam apenas o ensino fundamental incompleto (Tabela 1). Esses dados refletem as dificuldades históricas de acesso à educação formal por comunidades quilombolas amazônicas (CÂMARA et al., 2024; QUARESMA et al., 2021; SENA et al., 2021). Essa baixa escolaridade está associada à incorporação precoce às atividades agrícolas e à formação precoce de família, somadas à infraestrutura precária e ausência de escolas de ensino médio (CÂMARA et al., 2024).

A articulação entre educação formal e saber tradicional evidencia o papel central do núcleo familiar na formação dos sujeitos do campo, tanto na reprodução sociocultural quanto na qualificação profissional. Vinculada às práticas do sistema produtivo local, essa formação ocorre por meio de processos de socialização no cotidiano familiar e comunitário, destacando-se a oralidade na transmissão intergeracional do conhecimento ecológico local, ancorada em vivências e práticas do saber-fazer (CALDART, 2000; CÂMARA et al., 2024). Nesse contexto, o núcleo doméstico constrói sua própria força de trabalho, educando por meio de experiências vividas em casa, no roçado e nas atividades produtivas, muitas vezes em articulação com movimentos sociais (OLIVEIRA, 2008).

Acesso à renda e atividades produtivas

A renda familiar desempenha papel crucial na segurança alimentar e na manutenção de setores essenciais como saúde e vestuário. Entre os entrevistados, as principais fontes de renda são a agricultura familiar (40%) e a seguridade social (34%), incluindo aposentadorias, pensões e, em especial, o programa Bolsa Família (Tabela 2). Essa composição é compatível com dados de comunidades da região, como Igarapé-Açu e São José, onde a renda familiar também é inferior ao salário mínimo (BRITO; COSTA, 2019), e com o perfil de comunidades quilombolas baianas, nas quais a baixa renda representa risco à segurança alimentar e nutricional (CRUZ et al., 2021).

Tabela 2 – Composição da renda na comunidade quilombola do Jacarequara.

Categoria	Valor absoluto	Frequência relativa
	(n)	(%)
Benefícios sociais	35	34
Extrativismo vegetal	9	9
Prod. agropecuária	42	40
Outros (comércio, pesca, serviços e artesanato)	18	17

A renda média mensal situou-se em R\$ 811,24. Conforme demonstrado na Tabela 3, metade dos entrevistados vive com menos de meio salário mínimo, e 27% entre meio e um salário mínimo, o que evidencia a vulnerabilidade econômica, refletindo diretamente na segurança alimentar e no acesso a bens e serviços. Por outro lado, a renda média também variou conforme estado civil e faixa etária. Indivíduos casados ou com mais de 50 anos apresentaram

maior estabilidade financeira e número média de filhos, enquanto que indivíduos viúvos, todos acima de 60 anos, apresentaram a maior média de renda (R\$ 1.663,13), em decorrência da aposentadoria. Em contraste, as pessoas entre 21 e 40 anos apresentaram as menores rendas, esse grupo predomina em atividades como o extrativismo vegetal, as atividades agrícolas e pecuárias e, também, em diversas formas de prestação de serviços.

Tabela 3 – Perfil de rendimentos mensais entre os entrevistados no quilombo do Jacarequara.

Faixa de renda ⁴ (Salário Mínimo – SM)	Valor Absoluto (n)	Frequência relativa (%)
Até ½ Salário Mínimo	24	50
Entre ½ SM e 1 SM	13	27
Entre 1 SM e 1 ½ SM	5	10
Entre 1 ½ SM e 2 SM	5	10
>2 SM	1	2

A produção agrícola e o extrativismo vegetal são as atividades produtivas mais representativas no sistema produtivo local, somando 64% das citações (Tabela 4). A prestação de serviço, 8% das menções, se caracteriza por incluir tarefas sazonais, como roçagem de juquira e colheita de pimenta-do-reino (*Piper nigrum*) em propriedades de Capitão Poço (FERREIRA-ALVES; SANTOS-FITA, 2023). A pesca e o comércio (tabernas e venda de refeições) representaram 6% das menções cada. A produção artesanal, notadamente a utensílios de cerâmica, correspondeu a 3%, mantendo valor simbólico na identidade comunitária.

Ferreira-Alves e Santos-Fita (2024) destacam que as atividades agrícolas, praticadas por 88% dos entrevistados, são centrais na socioeconomia da comunidade. De acordo com esses autores, embora a mandioca e a produção de farinha sejam a cultura agrícola predominante, outras espécies também são cultivadas em consórcio, incluindo feijão (*Vigna sp.*), arroz (*Oryza sativa*), malva (*Malva sp.*), milho (*Zea mays*) e jerimum (*Cucurbita sp.*). O manejo desses plantios na roça caracteriza-se pela preparação do solo por meio do corte e queima, seguida por longos períodos de pousio (PEDROSO-JUNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008; SCHMITZ, 2007).

Tabela 4 – Atividades produtivas informadas pelos entrevistados.

⁴ Salário mínimo vigente R\$1045,00 (2020).

Categoria	Valor Absoluto (n)	Freq. Relativa nas Menções (%)	Percentual que exercem a atividade (%)
Agricultura	42	53	88
Artesanal	2	3	4
Atividades domésticas	7	9	15
Comércio	5	6	10
Extrativismo vegetal	9	11	19
Não trabalha	1	1	2
Pecuária	2	3	4
Pesca	5	6	10
Prestação de serviços	6	8	13

O extrativismo vegetal, praticado por 19% dos entrevistados, concentra-se na coleta do açaí (*Euterpe oleracea*), voltada ao autoconsumo e à comercialização do excedente. Ferreira-Alves e Santos-Fita (2023) expõem que o aumento da demanda por açaí, impulsionado pelo mercado externo, tem alterado as práticas extrativas desse fruto, intensificando a coleta durante o período da safra. Também se destaca a coleta de murumuru (*Astrocaryum murumuru*), destinada à indústria cosmética. Estudos alertam para relações assimétricas entre empresas e comunidades extrativistas, evidenciando a influências socioecológicas nas práticas extrativas, além de destacar a importância da valorização da sociobiodiversidade por meio de uma devolutiva direta (ALMEIDA; SILVA, 2018; FERREIRA-ALVES; SANTOS-FITA, 2023).

Mota et al. (2024) destacam que nas comunidades quilombolas em Santa Luzia do Pará e Capitão Poço, os sistemas produtivos locais se caracterizam por integrar uma variedade de atividades interconectadas no ambiente social e ecológico. A diversificação produtiva é um traço marcante em diversos grupos do campesinato amazônico. Segundo Schmitz e Mota (2007), essa forma de produção familiar rural não se limita ao cultivo de espécies comerciais, mas inclui uma integração de diferentes atividades produtivas nos ecossistemas circunvizinhos.

Nesse universo, o extrativismo animal, representado pela caça e pela pesca, exerce papel na socioeconomia local, sobretudo na obtenção de proteína animal. A prática dessas atividades é influenciada pela disponibilidade dos recursos faunísticos e pela eficiência na captura, fatores que impactam diretamente a subsistência das famílias envolvidas. Conforme discutido por Aviz e Santos-Fita (2023), a destinação dos recursos provenientes da fauna transcende a alimentação, englobando práticas zooterapêuticas, ritualísticas, produção artesanal e até a criação de animais de estimação.

É relevante destacar que apenas 10% dos entrevistados declararam comercializar excedentes de pescado dentro da própria comunidade. Estudos anteriores corroboram esse perfil de autoconsumo, como observado por Brito e Costa (2019) em Igarapé-Açu e São José, e por Fonseca et al. (2024), evidenciando que, na região estudada, a pesca é predominantemente voltada à subsistência. Esse padrão contrasta com comunidades litorâneas, onde a pesca exerce um papel essencial tanto na subsistência alimentar quanto na geração de renda (PINHEIRO; DARNET, 2014; VIEIRA; REIS; SANTANA, 2021).

Cerca de 75% dos entrevistados praticam extrativismo animal, sobretudo as atividades de pesca em diferentes modalidades. Em contrapartida, 56% dos entrevistados informou exercer atividades cinegéticas e, destes, 75% também exercem a pesca. Esse padrão pode sugerir uma especialização na relação com o ambiente, pois o conhecimento preciso dos processos ecológicos é fundamental para a eficácia tanto da pesca quanto da caça. Conforme Diegues (2000), Silvano (2004) e Barros (2012), essa especialização está diretamente associada à compreensão dos ciclos ecológicos, à gestão dos recursos naturais e à aplicação do saberes locais para classificar e manejar as espécies, aspectos que influenciam a eficácia das estratégias utilizadas.

No recorte de gênero, em comunidades tradicionais, especialmente no contexto rural, as tarefas delegadas às mulheres estão relacionadas aos cultivos agrícolas, em especial aqueles nos quintais, ao extrativismo vegetal, participando dos mutirões de coleta, e ao beneficiamento de alimentos e ao universo doméstico (MANESCHY, 1995; MOTA et al., 2024). Já as atividades que demandam força física e apresentam riscos são atribuídas aos homens, como abertura de roçados, pesca e caça (QUARESMA et al., 2021; SOUZA; LANDIM; FERREIRA, 2022).

No presente estudo, 91% dos indivíduos envolvidos nessa atividade são do sexo masculino, essa predominância também é relada nos estudos de Brito e Costa (2019) e Quaresma et al. (2021). Todavia a pesca também está presente no universo feminino, cerca de 40% das entrevistadas afirmaram pescar, geralmente associando essa atividade a outras tarefas do cotidiano. Apesar de ocupar um papel secundário no grupo familiar, a pesca feminina se desenvolve em locais específicos da comunidade, geralmente realizada em grupos nas proximidades, como nas margens do rio Guamá ou nos chamados “poços”, áreas dos igarapés que mantêm água durante o período de seca, sua conexão com o território a tornam essencial

para a segurança alimentar, ainda que sua contribuição seja pouca valorizada (MOTA et al., 2024; VIEIRA; REIS; SANTANA, 2021).

A caça, diferentemente da pesca, está predominantemente inserida no universo masculino, correspondendo a 78% dos entrevistados do sexo masculino. Apenas uma mulher declarou praticá-la, acompanhando ocasionalmente o marido em expedições conjuntas. Estudos como os de Figueiredo e Barros (2015) e Souza, Landim e Ferreira (2022) destacam que essa predominância masculina está associada a fatores como as exigências físicas, pertencimento ao território da caça, conhecimento das espécies locais, estratégias empregadas e a transmissão intergeracional entre pais e filhos. Nesse cenário, os mesmos autores assumem que as mulheres possuem o papel de armazenar e preparar os animais capturados para consumo, reforçando a divisão tradicional de tarefas dentro desse contexto sociocultural.

De modo geral, a predominância masculina nas atividades de pesca e caça é uma característica recorrente observada em diversas comunidades tradicionais, conforme observado por Brito e Costa (2019) e Guimarães et al. (2019), que destacam a influência da divisão sexual do trabalho como fator determinante na organização produtiva dessas sociedades. No entanto, Quaresma et al. (2021) e Mota et al. (2024) ressaltam que, apesar dessa diferenciação, ambos os gêneros desempenham papéis essenciais na subsistência do grupo familiar, seja na obtenção de recursos naturais ou na gestão alimentar, contribuindo para a distribuição das atividades conforme parâmetros socioculturais preexistentes.

Territorialidade, Saberes Tradicionais e uso do meio natural

O rio Guamá pode ser considerado como o principal agente socioecológico na paisagem que a comunidade está inserida, servindo de eixo para múltiplas atividades que se desenrolam tanto no âmbito do núcleo familiar quanto na coletividade da comunidade. A paisagem do território quilombola do Jacarequara pode ser definido como um mosaico agroecológico composto por roçados, quintais agroflorestais, pastagens e florestas em diferentes estágios de sucessão ecológica. No entanto, a redução das áreas de floresta representa um desafio importante, afetando especialmente as práticas cinegéticas, que ocasionalmente adentram áreas de floresta pertencentes às fazendas adjacentes, especialmente durante a safra do açaí, gerando conflitos.

Destacam-se, nessa paisagem socioecológica, os “portos”, áreas com pouca correnteza situadas nas margens adjacentes à comunidade. Esses portos desempenham papel central na dinâmica, sociabilidade e integração comunitária com o rio Guamá. Neles ocorrem práticas como pesca, tratamento de animais caçados, atracagem de embarcações (rabetas e canoas) e atividades cotidianas, reforçando os vínculos entre os moradores e o território. Essa territorialidade, segundo Diegues (2000), se expressa pelo uso contínuo e simbólico desses espaços, que não apenas garantem a subsistência, mas também reafirmam a identidade da comunidade.

Observamos que esses espaços são essenciais não apenas para atividades domésticas e econômicas, mas também para a identidade e sociabilidade necessárias ao pertencimento social. Essa dimensão se manifesta em cenas cotidianas marcadas por uma divisão tradicional de tarefas — mulheres lavando louças ou roupas, enquanto homens pescam e entregam os peixes para limpeza ali mesmo. Tais práticas revelam uma dinâmica que ultrapassa a mera funcionalidade do espaço e promovem ativamente para a transmissão de conhecimentos ecológicos entre gerações. Nesse cenário, a participação das crianças e juvenis, seja por meio de brincadeiras ou da observação ativa das atividades dos adultos, contribui para uma aprendizagem baseada na vivência e na oralidade. Como argumentam Hunn (2011) e Toledo e Barrera-Bassols (2009), essa paisagem socioecológica revela um processo que compreende o acúmulo e a circulação de saberes ecológicos incorporados na complexidade da interconexão entre a comunidade e o rio Guamá. Os portos, portanto, são espaços de significação cultural, constituindo recursos de uso comum, cuja gestão coletiva, conforme Diegues e Moreira (2001), está enraizada em normas sociais e modos de vida que asseguram o acesso e o uso sustentável.

As formas de uso das águas foram identificadas por Fonseca et al. (2024), sendo as principais: lazer, pesca, tarefas domésticas e abastecimento. Contudo, os autores não especificaram se essa água provém diretamente do rio Guamá ou de outras fontes. Nesse estudo, a frequência de uso variou entre “diariamente” (29%) e “3 ou 4 vezes por semana” (27%) (Tabela 5), confirmando o padrão predominante. Os demais perfis frequentam esporadicamente, raramente ou que não utilizam. O uso mais intenso concentrou-se entre indivíduos de 31 a 40 anos, enquanto a faixa de 41 e 60 anos informaram utilizar o rio diariamente. Os idosos foram maioria entre os que afirmaram não utilizar o rio diretamente.

Esse padrão de uso evidencia como o rio não é apenas um recurso hídrico, mas um elemento central na organização e identidade da comunidade.

Verificou-se, conforme a Figura 2, que há relação inversa entre a renda média mensal e a frequência de uso do rio. As famílias de maior renda reduzem a dependência desse recurso devido à infraestrutura hídrica doméstica, como poços e encanamento, além de comprarem o pescado em vez de pescarem. Já os indivíduos com menor renda média, com maiores frequências de uso, recorrem a esse recurso para atividades domésticas e para garantir a subsistência, inclusive com venda de alimentos na área de balneário. Assim, toda a comunidade interage com o rio, direta ou indiretamente, para fins domésticos, lazer e nas atividades de produtivas.

Tabela 5 – Perfil de frequência de uso do rio Guamá no Quilombo do Jacarequara.

Quantas vocês costuma ir ao rio?	Valor absoluto (n)	Frequência Relativa (%)
Diariamente	14	29
3 ou 4 vezes por semana	13	27
Semanalmente	7	15
Quinzenalmente	5	10
Mensalmente	4	8
Raramente (não vou)	5	10

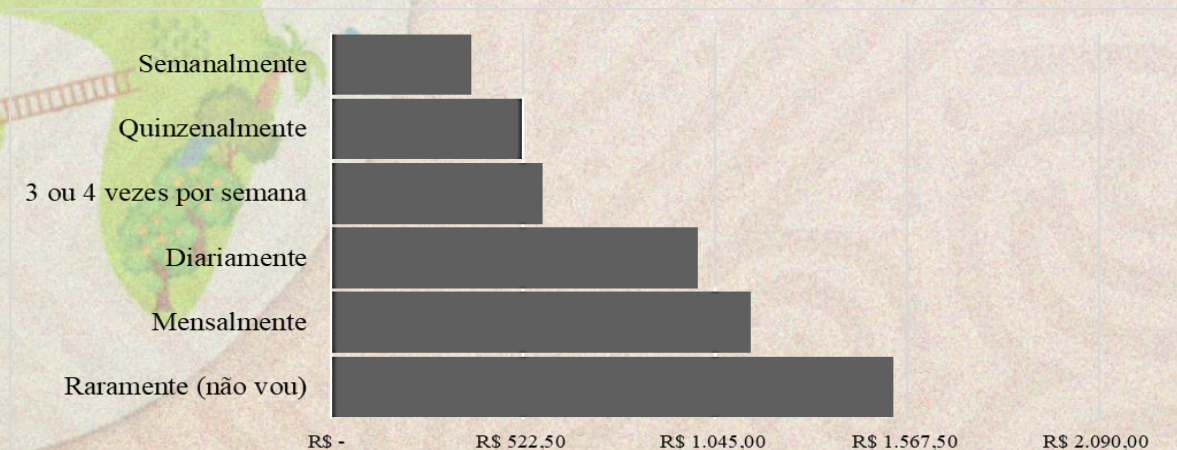


Figura 2 – Relação entre renda média mensal e perfil de frequência de uso do rio na comunidade quilombola do Jacarequara

Observa-se que o “Guamázão”, como é afetivamente chamado o rio Guamá, transcende sua condição de recurso hídrico, sendo percebido como entidade articuladora da vida material

e simbólica da comunidade, conformando a territorialidade e a reprodução social (DIEGUES, 2000). A segurança alimentar, por sua vez, é amplamente sustentada pela autoprodução de alimentos, com ênfase na farinha de mandioca, e pela obtenção de proteína animal via pesca e a caça, em uma relação pautada em conhecimentos tradicionais e práticas de uso dos recursos naturais que são fundamentais para a reprodução social e cultural da comunidade.

As atividades produtivas centradas na agricultura familiar e no extrativismo (vegetal e animal) revelam uma estreita vinculação entre o modo de vida quilombola e o meio natural, orientada por saberes locais que direcionam o manejo dos recursos e a diversificação das estratégias produtivas (MOTA et al., 2024; NASCIMENTO; BARROS, 2019). Nesse contexto, a caça, a pesca e o extrativismo vegetal não apenas asseguram segurança alimentar e geração de renda, mas também desempenham papel simbólico e identitário na cosmologia e na sociabilidade quilombola, como demonstram Aviz e Santos-Fita (2023), Ferreira-Alves e Santos-Fita (2023, 2024). A apropriação e o uso dos recursos faunísticos e agrícolas devem, portanto, ser compreendidos dentro de uma lógica ecológica e cultural, na qual se reafirma a interdependência entre cultura, meio ambiente e economia (MURRIETA; DUFOUR, 2004; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

4. Considerações Finais

A análise dos dados revelou que a comunidade quilombola do Jacarequara articula práticas cotidianas que integram cultura, economia e meio ambiente em um sistema complexo de interdependência. Sua organização sociocultural baseia-se em vínculos comunitários, saberes tradicionais e um sistema produtivo enraizado no território. Mesmo diante da fragilidade das políticas públicas, a comunidade mantém viva a articulação entre conhecimento ecológico tradicional, práticas produtivas e cosmovisões, elementos que reforçam sua identidade coletiva.

A coesão social se expressa na permanência no território, nas redes de parentesco e na estrutura familiar, que sustentam tanto a reprodução social quanto a preservação cultural. A identidade quilombola se manifesta no cotidiano, orientando modos de vida, a organização do trabalho e uso da paisagem local. Embora enfrente desafios como baixa renda e dependência de programas sociais, a comunidade constrói um arranjo produtivo plural e resiliente. Práticas como a caça e a pesca, ainda que complementares, são centrais à segurança alimentar e à

autonomia das famílias. O papel das mulheres nas práticas tradicionais é fundamental para as estratégias de sobrevivência, mesmo diante das desigualdades de gênero no acesso à renda monetária..

A relação com o meio natural transcende o uso funcional, incorporando dimensões culturais, afetivas e coletivas que reforçam a coesão social e a memória coletiva. A diversidade etária e de gênero influencia diretamente as formas de apropriação e manejo do território, revelando saberes construídos pela convivência com a paisagem. Espaços como várzeas, igarapés, capoeiras e o rio Guamá configuram territórios de pertencimento, aprendizagem e identidade, cuja gestão coletiva é orientada por normas sociais e modos de vida partilhados. Nesse cenário, o rio Guamá é mais que um recurso hídrico, é local onde múltiplas gerações interagem e mantêm viva a transmissão oral do conhecimento ecológico tradicional, em uma dinâmica que revela o entrelaçamento entre pessoas, paisagem e história.

Diante desse panorama de resiliência e complexidade socioambiental, torna-se essencial fomentar políticas públicas que fortaleçam a autonomia e a sustentabilidade da comunidade. A titulação definitiva do território, o apoio à agricultura familiar, o estímulo às cadeias produtivas locais e a valorização dos saberes ecológicos são caminhos para a promoção da justiça socioambiental. Por fim, destaca-se a importância de pesquisas interdisciplinares que articulem cultura, ecologia e políticas públicas, respeitando a diversidade sociocultural amazônica e contribuindo para modelos de desenvolvimento enraizados, inclusivos e sustentáveis.

5. Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, U. P. et al. **Methods and Techniques in Ethnobiology and Ethnoecology**. 2. ed. New York, NY: Humana Press, 2019. (Springer Protocols Handbooks).
- ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P. de. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. Recife, PE.: Editora Livro Rápido/NUPEEA, 2004.
- ALMEIDA, A. D. de; SILVA, A. B. da. Os Impactos das Práticas Comerciais da Empresa de Cosméticos Natura na Comunidade Quilombola do Jacarequara em Santa Luzia do Pará - PA. **NOVA REVISTA AMAZÔNICA**, Bragança - PA, v. 1, n. 6, p. 13–30, 2018.
- ALMEIDA, R. R. de. Escravidão, resistência e a formação de quilombos na Amazônia: Jacarequara em Pauta. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal - RN. **Anais...** Natal - RN: ANPUH, 2013. p. 17.

ANDRADE, M. de P. De pretos, negros, quilombos e quilombolas – notas sobre a ação oficial juntos a grupos classificados como remanescentes de quilombos. **Boletim Rede Amazônia**, Rio de Janeiro; Belém, v. 2, n. 1, p. 33–47, 2003.

AVIZ, M. F. **Saberes e práticas tradicionais sobre recursos faunísticos e cultura alimentar na comunidade quilombola do Jacarequara, município de Santa Luzia do Pará, Amazônia Oriental**. 2022. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

AVIZ, M. F.; SANTOS-FITA, D. Conhecimentos e usos tradicionais associados aos recursos faunísticos na Comunidade Quilombola do Jacarequara (Nordeste Paraense, Amazônia Oriental). **Novos Cadernos NAEA**, Belém, PA, v. 26, n. 3, p. 17–42, 2023.

BARBOSA, M. J. de S. et al. **Território Nordeste Paraense: desenvolvimento sustentável e gestão estratégica dos territórios rurais no estado do Pará**. Relatório Analítico. Belém – PA: ITCPES, ICSA-UFGA; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, PT: Presses Universitaires de France; Edições 70, 1977.

BARROS, F. B. Etnoecologia da Pesca na Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio – Terra do Meio, Amazônia, Brasil. **Amazônica - Revista de Antropologia**, Belém - PA, v. 4, n. 2, p. 286–312, 2012.

BRITO, T. P.; COSTA, L. C. de O. Caracterização da atividade pesqueira desenvolvida em comunidades rurais do nordeste paraense – Amazônia – Brasil. **Ambiência**, Guarapuava - PR, v. 15, n. 2, p. 475–498, 2019.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CÂMARA, J. H. R. et al. Racismo e insegurança alimentar: mazelas de uma comunidade quilombola da Amazônia Legal Brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 3, 2024.

CASTRO, E. M. R. de. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: CASTRO, E. M. R. de; PINTON, F. (org.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém, PA: Cejup; UFPA-NAEA, 1997. p. 221–242.

CORDEIRO, I. M. C. C.; ARBAGE, M. J. C.; SCHWARTZ, G. Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários. In: CORDEIRO, I. M. C. C. et al. (org.). **Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias**. Belém, PA: EDUFRA, 2017. p. 19–58.

CRUZ, E. S. da et al. Condições socioambientais relacionadas com a (In)Segurança Alimentar e Nutricional de quilombolas de uma Reserva Extrativista Marinha. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 28, n. 71, p. 01–12, 2021.

DIEGUES, A. C. S. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: NUPAUB, 2000.

DIEGUES, A. C. S. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 50, p. 116–126, 2019.

DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. de C. C. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, 2001.

FARIAS, A. E. Religiosidade, Cultura e Identidade: Festividade de São Brás na Comunidade Quilombola do Jacarequara em Santa Luzia do Pará. **NOVA REVISTA AMAZÔNICA**, Bragança - PA, v. 1, n. 6, p. 69–82, 2018.

FERREIRA-ALVES, E. S.; SANTOS-FITA, D. As roças e o extrativismo na comunidade quilombola do Jacarequara, Santa Luzia do Pará, Nordeste Paraense. **Revista NERA**, Presidente Prudente, SP, v. 26, n. 66, p. 123–150, 2023.

FERREIRA-ALVES, E. S.; SANTOS-FITA, D. Levantamento e caracterização das plantas alimentícias da Comunidade Quilombola do Jacarequara, município de Santa Luzia do Pará, Pará. **Etnobiología**, v. 22, n. 1, p. 49–69, 2024.

FIGUEIREDO, R. A. A. de; BARROS, F. B. “A comida que vem da mata”: conhecimentos tradicionais e práticas culturais de caçadores na Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho. **Fragments de Cultura**, v. 25, n. 2, p. 193–212, 2015.

FONSECA, A. V. M. et al. Análise Socioeconômica da Comunidade Quilombola Jacarequara, Santa Luzia do Pará. In: NOGUEIRA, A. K. M.; MELO JÚNIOR, L. C. M. (org.). **Desenvolvimento Regional e Socioeconomia: Experiências de Pesquisas no Nordeste Paraense**. 1. ed.: Editora Científica Digital, 2024. p. 143–158.

FOWLER, C. S.; LEPOFSKY, D. **Traditional Resource and Environmental Management**. In: **Ethnobiology**. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2011.

GOMES, F. dos S.; SCHWARCZ, L. M. Amazônia Escravista. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. dos S. (org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 106–112.

GUIMARÃES, C. D. de O.; PALHA, M. das D. C.; TOURINHO, M. M. Estratégias e dinâmica de caça na ilha de Colares, Pará, Amazônia Oriental. **Biota Amazônia**, Macapá, AP, v. 9, n. 1, p. 5–10, 2019.

HUNN, E. S. Ethnozoology. In: ANDERSON, E. N. et al. (org.). **Ethnobiology**. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2011. p. 267–284.

IBGE. **Quilombolas - Primeiros Resultados do Universo**. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-quilombolas>. Acesso em: 25 abr. 2025.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251–290, 2002.

MANESCHY, M. C. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia**, Belém, PA, v. 11, n. 2, p. 145–166, 1995.

- MEIRELLES FILHO, J. C. de S. É possível superar a herança da ditadura brasileira (1964-1985) e controlar o desmatamento na Amazônia? Não, enquanto a pecuária bovina prosseguir como principal vetor de desmatamento. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, PA, v. 9, n. 1, p. 219–241, 2014.
- MICHELAT, G. Sobre a Utilização da Entrevista Não-Diretiva em Sociologia. In: THIOLENT, M. J. (org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3a ed. São Paulo: Ed. Polis, 1982. p. 191–212.
- MOTA, D. M. et al. Comida de hoje, comida de ontem em quilombos na Amazônia Oriental do Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 3, p. 1–22, 2024.
- MURRIETA, R. S. S.; DUFOUR, D. L. Fish and Farinha: Protein and energy consumption in Amazonian rural communities on Ituqui Island, Brazil. **Ecology of Food and Nutrition**, v. 43, n. 3, p. 231–255, 2004.
- NASCIMENTO, A. S.; BARROS, F. B. Entre Mangues, Rios e Igarapés: pesca, comida e cultura no Quilombo de Mangueiras (Ilha Do Marajó, Pará). **Etnobiología**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 78–98, 2019.
- O'DWYER, E. C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- OLIVEIRA, A. M. Saberes camponeses e práticas pedagógicas no campo. **Mercator, Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 07, n. 13, p. 47–58, 2008.
- PEDROSO-JUNIOR, N. N.; MURRIETA, R. S. S.; ADAMS, C. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém - PA, v. 3, n. 2, p. 153–174, 2008.
- PINHEIRO, J. O. C.; DARNET, L. A. F. Comunidades tradicionais em áreas litorâneas da Amazônia: Estudo sobre desenvolvimento local em Vila Mota, Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, Belém, PA, v. 9, n. 1, p. 145–162, 2014.
- QUARESMA, A. B. et al. Abordagem socioeconômica e etnoecológica na Comunidade Santa Luzia do Bom Prazer, Moju, Pará, Brasil. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 1–23, 2021.
- SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Editora Petrópolis, 2006.
- SANTOS, A. S. C.; CLAUDINO, L. S. D. Agricultura e segurança alimentar em comunidades quilombolas na Amazônia Brasileira: o caso da produção de farinha de mandioca em Abaetetuba, Pará, Brasil. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 16, p. 1–16, 2020.
- SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, n. 10, p. 129–136, 2002.
- SCHMITZ, H. A transição da agricultura itinerante na Amazônia para novos sistemas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 2., 2007, Porto Alegre, RS. **Resumos...** Porto Alegre, RS: Revista Brasileira de Agroecologia, 2007. p. 46–49.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da. Agricultura Familiar: elementos teóricos e empíricos. **Agrotropica**, Ilhéus, BA, v. 19, n. Único, p. 21–30, 2007.

SENA, R. F. et al. Uso da fauna e flora por comunidades quilombolas do Arquipélago do Marajó, Pará. **Ethnoscintia - Brazilian Journal of Ethnobiology and Ethnoecology**, v. 6, n. 3, p. 98, 2021.

SILVANO, R. A. M. Pesca artesanal e etnoictiologia. In: BEGOSSI, A. (org.). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec: NEPAM/Unicamp: NUPAUB-USP: FAPESP, 2004. p. 187–222.

SOUZA, J. M.; LANDIM, A. S.; FERREIRA, F. S. A caça e fatores que influenciam o uso de espécies cinegéticas: uma revisão. **Ethnoscintia - Brazilian Journal of Ethnobiology and Ethnoecology**, v. 7, n. 3, p. 36, 2022.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 20, p. 31–45, 2009.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A Memória Biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VIEIRA, N. C.; REIS, M. H. de A.; SANTANA, J. D. Relações de gênero e de geração nas atividades de pesca artesanal dos/as jovens pescadores/as da Amazônia Oriental, Brasil. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 14, n. 43, p. 22, 2021.